

Engels, marxólogo: dialética e política

Elcemir Paço Cunha*

Resumo:

Este artigo aborda a relação entre o modo de apreensão da dialética por Engels e a maneira como esta apreensão particular se reflete na análise política, feita em retrospectiva, no “Prefácio” de 1895 para *As lutas de classes na França* de Marx. O artigo sugere que, em parte, a dicotomia força/luta parlamentar identificada no prefácio está ligada de modo complexo à ambiguidade de Engels em tomar a dialética como movimento da realidade e como modo de pensar na aplicação de princípios gerais.

Palavras-chave:

Engels; dialética; política.

Engels, marxologist: dialectics and politics

Abstract:

The paper approaches the relation between Engels’ understanding of dialectics and the manner such particular understanding echoes on its political analysis found in the preface to Marx’s book, *The class struggles in France*. The paper shows that, partially, the dichotomy force/parliamentary fight identified in the preface is linked in a complex way to the Engels’ ambiguity when he considers dialectics as movement of reality and as way of thinking in the application of general principles.

Key words:

Engels; dialectics; politics.

* Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

I

A relação entre Marx e Engels é um capítulo importante da história *não própria* do marxismo como ideologia proletária com pretensões científicas. É, como muitos outros capítulos, dedicada às polêmicas que dividem os estudiosos rigorosos e também os menos atentos. Este capítulo ganhou muitas páginas e hoje poderia ser considerado uma coleção bastante ampla que cobriria variados temas, como a política e o estado, a economia política e as questões ligadas ao materialismo, à dialética e à ciência. Trata-se de um trabalho para muitas mãos.

Já é lugar-comum o entusiasmo com que Marx recebe os textos de Engels dos anos de 1844 e 1845, *Esboço para uma crítica da economia política* e *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, respectivamente. É igualmente lugar-comum a colaboração entre os dois amigos na redação de *A ideologia alemã* e *A sagrada família*, ambos de 1845, e no *Manifesto* de 1848. Ou, ainda, a intensa colaboração nas atividades jornalísticas e políticas dos anos que se seguiram, além do diálogo constante na elaboração de *O capital*. Todos estes pontos são frequentemente evocados para exaltar a proximidade das ideias de Marx e Engels, servindo para colocar o segundo como a melhor referência de compreensão de inúmeras questões, inclusive aquelas deixadas sob a penumbra pelo primeiro. Um resultado disto é a pura e unilateral identidade das subjetividades dos amigos, convertidos em lados de um mesmo cérebro. Os resultados são variados, sobre diferentes temas (cf. PAÇO CUNHA, 2015a, para as consequências sobre a relação entre direito e mercadoria).

É possível dizer que existe também uma acentuação contrária, sobretudo no que diz respeito à questão da dialética. É comum uma aproximação – em essência, forçada – entre Engels e tendências do positivismo em razão das questões ligadas à ciência da natureza, reduzindo-o a um vulgarizador das questões decisivas. Poder-se-iam questionar os resultados de Engels ao tatear as relações entre natureza e sociedade, mas não confundir – como é típico das chamadas ciências humanas – a inquirição de tal relação com marcas do positivismo científico. Em suma, levam longe demais aquelas comparações postas por Engels entre Marx e Darwin.

Polêmicas à parte, é aqui que a *determinação em última instância* ganha morada, a mesma que recebeu inúmeras críticas (internas e externas ao marxismo) e que serviu consideravelmente para combatê-lo. O caso de Max Weber (2001; 2004) talvez seja um dos mais emblemáticos externamente, na medida em que acusou o marxismo (vulgar) de, entre outras coisas, determinar monocausalidades e de procurar dogmaticamente a todo custo a causa última na economia. Internamente ao marxismo, a “determinação em última instância” serviu para a delimitação de um economicismo amplamente divulgado no período stalinista, que operou, inclusive, no próprio período e posteriormente, como justificativa para uma abertura do marxismo às correntes adversárias, como kantismo, weberianismo, freudismo etc.; mesmo um marxismo heideggeriano foi cogitado no século XX, mas por outras razões.

Ambos os movimentos costumam animar algumas discussões de qualidade variável (DANTAS, s/d; HUNT, 2009; BOER, 2012; NETTO, 2012; BUONICORE, 2013; BOER, 2014), dando a impressão de que se trata de uma questão puramente externa e produzida por detratores ou defensores e, portanto, não posta ao próprio tempo de Engels. É preciso corrigir esta impressão equivocada. Na verdade, é relativamente conhecida a modéstia com que Engels considera sua contribuição ao projeto ao qual ele e Marx estão engajados. Não é raro lermos que Marx já havia chegado a uma “concepção materialista” sem a ajuda de Engels (1990a, p. 318) ou, ainda, que o segundo tinha tomado “parte independente” no desenvolvimento de algumas ideias, embora Marx mesmo tivesse todas as condições de fazer sozinho o trabalho: Marx, um gênio; Engels, no máximo, talentoso¹ (ENGELS, 1990b, p. 382, nota de rodapé).

É curioso que Engels mesmo tenha dado ensejo a isso, colocando lado a lado sua participação no desenvolvimento das ideias e suas diferentes condições de possibilidade para atingir as mesmas condições de Marx. A “parte independente” a que Engels se dedica comporta estas duas variantes. É, portanto, o próprio Engels que deixa não resolvida a questão de saber se as suas condições de possibilidade seriam ou não restritivas ao desenvolvimento reto das ideias ou, ainda, o quão independente foi sua participação.

1 “Seja-me aqui permitido um pequeno comentário pessoal. Têm-se feito, ultimamente, insistentes alusões à minha participação nesta teoria; não posso, pois, deixar de dizer algumas palavras para pôr este ponto a claro. Que antes e durante os 40 anos da minha colaboração com Marx tive certa parte independente na fundamentação e, principalmente, na elaboração da teoria é coisa que nem eu próprio posso negar. Mas a parte mais considerável das principais ideias, diretrizes, particularmente no terreno econômico e histórico e, em especial, a sua formulação nítida e definitiva, devem-se a Marx. No que eu contribuí – se excetuarmos, quando muito, dois ou três ramos especializados – também Marx o poderia ter conseguido mesmo sem o meu auxílio. Em contrapartida, eu nunca teria conseguido aquilo que Marx alcançou. Marx tinha mais estatura, via mais longe, previa mais e com maior rapidez que todos nós juntos. Marx era um gênio. Quanto a nós, éramos, no máximo, homens de talento. Sem ele a teoria não seria hoje, nem de longe, o que é. É, pois, com a mais perfeita legitimidade que ostenta o seu nome.” (ENGELS, 1974, pp. 80-1)

Engels, no entanto, não tem inteira razão quando se declarava menos importante que Marx. Textos como *Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* falam por si mesmos. O domínio com respeito à história militar e a incursão inacabada, porém corajosa, nas questões de etnologia e ciência não são indícios de um homem intelectualmente menor. Ao contrário, mostram não apenas a capacidade e o estilo do autor de Barmen como também, e ainda mais importante, revelam-no como portador de ideias autênticas; o chamado “segundo violino”, em suma, tira também suas próprias harmonias.

Esses movimentos se devem a circunstâncias específicas nas quais os amigos deliberadamente se dedicam a tarefas diferentes (cf. ENGELS, 1990c, p. 427). Enquanto Marx se ocupa mais intensamente, sobretudo a partir de metade da década de 1850, do desenvolvimento dos estudos para a crítica da economia política e para a redação de *O capital*, Engels se volta à divulgação propagandística das ideias centrais do “novo materialismo” e seus achados centrais. Esta tarefa à qual se dedica exige-lhe certos enfrentamentos. *Anti-Dühring*, por exemplo, nasce não tanto pela incursão deliberada no território da filosofia da natureza, mas também em razão de ter de lidar com as polêmicas suscitadas pelo difamador de Marx, na medida em que tinha implicações para a divulgação das ideias. Muitos outros textos de Engels guardam este propósito, o que, no conjunto com os enfrentamentos, faz dele o primeiro marxólogo, pois se envolve com o esforço de expressar o melhor da letra e do espírito de Marx na luta ideológica em andamento à época.

Engels mesmo sustenta alguma preocupação com a forma no material propagandístico. “Não foi, entretanto, originalmente escrito para imediata propaganda popular”, diz ele sobre o material que era base para *O desenvolvimento do socialismo utópico ao científico* (fazendo justiça ao título original). “Como poderia, aquilo que era inicialmente um trabalho puramente científico, ser adequado para isso?” (ENGELS, 1989, p. 457), pergunta-se ele. Materiais dessa natureza dependem de alguma inevitável simplificação típica das formas sintéticas. Basta ter em mente que o “Prefácio” autobiográfico de 1859 escrito por Marx (1974) possui caráter já designado como “telegráfico” (MÉSZÁROS, 2011, p. 87) e comporta inúmeras dificuldades, muitas das quais reencontramos nalguns dos textos de Engels, como o já mencionado material sobre o socialismo utópico e o científico (ENGELS, 1981). Não é sem propósito destacar que determinados temas exigem linguagem e raciocínio complexos e que sua comunicação a um grande público requer uma forma mais direta e sem mediações, ressalvas e aprofundamentos. Tenhamos em mente que falamos do século XIX, palco de intensos processos revolucionários em meio aos quais, digamos, um longo e rigoroso desenvolvimento das ideias cobraria o preço de alcançar uma reduzida audiência. Diz-se que o objeto impõe a escolha do “método” de seu desvendamento. E o que dizer para a forma expositiva com respeito às finalidades conscientemente postas?

Essa defesa, porém, não deve ser tomada unilateralmente. O texto de Engels (1990b) sobre *Feuerbach*, por exemplo, não tem a mesma e exata finalidade que os escritos propagandísticos e lida com assunto complexo que exige linguagem e raciocínio complexos. Ainda assim é possível identificar percalços. Em conjunto com *Anti-Dühring* e *Dialética da natureza*, é frequentemente evocado como portador de uma identidade mecânica entre uma dialética da natureza e da história das sociedades humanas. Isto não é inteiramente correto, mas não é inteiramente falso. Uma rápida leitura do texto mostra que, na busca pelas leis gerais do movimento, ele ressalva: “em um ponto, contudo, a história do desenvolvimento da sociedade torna-se essencialmente diferente da história da natureza” (ENGELS, 1990b, p. 387), chamando a atenção para a ação dos homens no interior da sociedade como marca distintiva em relação à dialética da natureza. A ressalva é problemática, pois reduz as diferenças a apenas “um ponto” – deveras importante, é verdade, e com profusas consequências –, mas é também limitada precisamente por tratar de modo secundário algo de tamanho peso.

Não é por menos que a questão da dialética da natureza ganhou tanto destaque nos debates internos ao marxismo. Lukács (2003), por exemplo, altera sua posição entre 1924 – quando, seguido por Schmidt (1971), recusa-a em favor de uma exclusiva dialética da história – e sua *Ontologia* do final dos anos 1960 e início dos 1970, na qual considera: “sem uma ontologia dialética da natureza não é possível fundar nenhuma ontologia dialética do ser humano e da sociedade” (LUKÁCS, 2012, p. 102). Essa mudança, porém, não resulta de uma parcimônia, pois Lukács trata com muitas reservas os “trabalhos preparatórios sobre a dialética da natureza” de Engels, na medida em que fixam os “princípios fundamentais” de um “método dialético” distante de uma “dialética do ser elaborada por Marx” (LUKÁCS, 2010, p. 158); segundo o filósofo húngaro, não se pode compreender por “dialética da natureza um sistema unitário em si homogêneo, da contraditória constelação ontológica do desenvolvimento da natureza e da sociedade” (LUKÁCS, 2010, p. 189). Este problema tem repercussões importantes adiante, em nosso desenvolvimento. O próprio Lukács tem, todavia, mais dívidas com Engels do que de fato reconheceu. Mas este é outro assunto...

Existem considerações infinitamente mais duras em outros materiais, que sustentam mesmo haver em Engels uma mistificação da dialética em esquema *a priori*, distanciando-se de Marx e da dialética da história em razão de não ter compreendido autenticamente Hegel (cf. RUBIO, 1978). Isso colocaria em suspenso o argumento de que Engels, em *Anti-Dühring*, estaria “perfeitamente de acordo com a filosofia materialista de Marx” (LÊNIN, 1979, p. 7).

Esses apontamentos muito ligeiros têm, porém, apenas a pretensão de trazer ao primeiro plano a existência da problemática posta pelo próprio Engels a partir dos trabalhos de marxologia, com propósito propagandístico ou não. Retomaremos este aspecto da problemática retenção da dialética por Engels e de suas consequências. Entre as muitas questões importantes a serem tratadas, procuramos mostrar, embora não *ex professo*, que o modo particular da retenção da dialética por Engels em seu itinerário próprio tem efeitos na análise da realidade política em 1895. A escolha do prefácio escrito por Engels em 1895 para *As lutas de classes na França*, de Marx, não é sem motivo: trata-se de um texto considerado (cf. TEXIER, 2005) a confissão das ilusões políticas sustentadas, segundo Engels, conjuntamente por Marx e ele mesmo ao longo dos anos e eventos mais decisivos. Se o próprio Engels considera as suas análises equivocadas, o que em sua retenção da dialética ajudaria a explicar esta avaliação em retrospectiva se, como veremos, a própria análise política comporta alguns percalços? Queremos chamar a atenção para a existência de uma ambiguidade em Engels com relação à dialética, cujo resultado é uma perda parcial das contingências históricas e a quebra das reciprocidades na avaliação da tática revolucionária dos trabalhadores pensada *post festum* em 1895. Em suma, elementos que dão conta de que Engels é um cérebro pensante autônomo. Vejamos, primeiramente, essa ambiguidade, não em pormenores, contudo.

II

O melhor material para essa avaliação é, sem dúvidas, *Anti-Dühring*, mas outros são igualmente relevantes aos propósitos anunciados.

Deixando de lado provisoriamente questões identificáveis, como a leitura do material em pauta que Engels faz a Marx – embora, “con los oídos no se procrean los hijos” (RUBIO, 1978, p. 119) –, a contribuição de Marx com a redação parcial – alterada por Engels – de um capítulo sobre a história da economia política (“Sobre a ‘história crítica’”), além da confissão de que ambos se ajudavam nos assuntos de ciência, importa destacar o movimento de Engels de uma crítica a Dühring à “exposição mais ou menos coerente do método dialético e do conceito ou intuição do mundo” (ENGELS, 1971, p. xiii).

Sem volteios, a ambiguidade se marca consideravelmente no sentido da dialética, pois surgem duas posições: a dialética como método de pensar e como movimento da realidade mesma, entre fixar as leis num esquema geral *a priori* de qualquer movimento a ser depois aplicado e encontrar a lei a partir do movimento próprio da realidade, nos casos concretos e particulares. Isto se ilustra com algumas considerações.

O objetivo no texto são tais leis em seu sentido mais abstrato, gerais, e, por isso, lemos que as “leis dialéticas do movimento” dominam “também na história” (1971, p. xvi). Nalguns pontos, Engels era bastante resoluto, isto é, sabia que “não se tratava de impor leis dialéticas à natureza, mas antes achá-las e fazê-las derivar dela” (1971, p. xviii), procurando “cada vez mais (...) mostrar o caráter dialético dos fenômenos da natureza mesmo ao empirista mais recalcitrante” (1971, p. xviii-xix); algo que também valeria para a história. Noutros momentos, Engels parece sutilmente se retirar dessa posição para considerar, a partir do reconhecimento de que os “contrários e suas diferenças se encontram, sem dúvida, na natureza”, ser possível chegar a essa concepção se nos direcionarmos “ao encontro do caráter dialético desses fatos com a consciência das leis do pensamento dialético” (1971, pp. xx-xxi). Aqui a dialética também surge como um modo particular de pensamento e não somente como um movimento da realidade.

De toda forma, destaca-se que, tomando-se a primeira determinação como a decisiva (que a dialética se descobre), é ambíguo que se marque, na polêmica com Dühring, que “Nada temos a ver com a exatidão ou inexatidão dos resultados econômicos da investigação de Marx, mas apenas com o método dialético aplicado por Marx” (1971, p. 155). Aqui apreciamos um Marx aplicador da dialética que, contrariamente, deveria ser descoberta. Mas, na própria sequência da polêmica, Engels corrige esse juízo ao mostrar que Dühring não apenas não compreendeu o Marx de *O capital*, como também o distorceu grosseiramente:

Admirem agora o estilo nobre e elevado do senhor Dühring, que atribui a Marx o contrário do que ele, na realidade, diz. Marx diz: o fato de uma soma de valores não poder transformar-se em capital a não ser quando alcança uma grandeza mínima, variável segundo o caso, mas determinada em cada caso particular, prova a exatidão da lei formulada por Hegel. O senhor Dühring fá-lo dizer: porque, segundo a lei de Hegel, a quantidade transforma-se em qualidade, por esta razão quando alcança certo limite determinado, torna-se capital. Tudo ao contrário, por consequência! (ENGELS, 1971, p. 158)

A lei formulada por Hegel não é aplicada à transformação de uma soma de valores em capital. Marx descobriu que a lei hegeliana da conversão da quantidade em qualidade tem correspondência na realidade desse caso particular de transformação. Poderíamos retomar o próprio Marx para indicar certo exagero de Engels ao desprezar a particularidade em tela, convertendo tal achado em validade geral – um movimento muito comum e também problemático entre os mais sérios estudiosos de Marx –, mas nos importa destacar que o autor de *Anti-Dühring* altera a posição anterior que situava o Mouro como uma espécie de aplicador do método dialético.

Páginas depois o problema novamente se coloca, mas para refletir sobre a negação da negação. Na exemplificação com a história, Engels parece hipostasiar a “lei dialética”, como segue:

Assim, quando Marx qualifica tal fenômeno de negação não pensa provar, por este meio, a sua necessidade histórica, antes muito ao contrário. Quando provou pela história que, de fato, o fenômeno se produziu ou deve produzir-se, designa-o, ao mesmo tempo, como fenômeno que se cumpre segundo uma lei dialética determinada. (ENGELS, 1971, p. 169)

O problema maior não é provar “pela história”, mas que a história se cumpre “segundo uma lei dialética determinada”. Evitar essa mudança de posição significaria dizer que determinado trânsito da história guarda um movimento próprio por meio das suas contradições, que deste movimento é possível extrair seus momentos específicos e expô-los em suas determinações essenciais. A estrutura argumentativa de Engels, no entanto, dá ensejo diferente.

Antes de seguir, um parêntese para indicar como isso se reforça pela leitura de outros materiais. Engels escreve, por exemplo, que “a concepção materialista da história e sua específica aplicação à moderna luta de classes entre proletariado e burguesia era somente possível por meio da dialética” e que, frente ao “ecletismo vazio” dominante no clima intelectual da Alemanha devia, literalmente, “apelar à moderna ciência natural como testemunha da preservação da dialética na realidade” (1989, pp. 458-9). A aplicação do materialismo por meio da dialética, mas uma dialética que é preservada na própria realidade pela moderna ciência da natureza, soa como uma saída em que a dialética não se resolve inteiramente na direção de ser o movimento da própria realidade. (Outro problema que transcende nossas possibilidades atuais se marca pela aplicação do materialismo por meio da dialética. O materialismo também se *aplica*?) Adicionalmente, Engels confessa, ao sintetizar a história da Liga dos Comunistas, que é “nossa responsabilidade provir uma substanciação científica para nossa visão” (1990a, p. 318), quer dizer, a uma visão que em si mesma não é científica e depende, em parte, das ciências da natureza? Essas imprecisões e irresoluções são companheiras das ambiguidades, cujo lado mais positivo, por assim dizer, também é amplamente encontrado. Fiquemos, porém, com a persistência da ambiguidade, por exemplo, ao escrever que a “história frequentemente move-se aos trancos e barrancos e em ziguezagues, e como tal deve ser seguida pelo pensamento”, o que é correto. Completa ainda que o “método lógico” é “somente o método histórico arrancado de sua forma histórica e das contingências interferentes” (ENGELS, 1980, p. 475). Ao mesmo tempo em que reconhece o movimento próprio da história à frente do movimento do pensamento que procura reproduzir a lógica do primeiro, Engels retira as contingências da própria realidade em nome do “método”.

Retomando *Anti-Diiring*, aquele ensejo antes aludido aparece também na tendência a identificar dialética e modo de pensar, ratificando a identificação entre realidade e método presente em outros materiais. Engels (1971, p. 176) chega a comentar que “já em Rousseau encontramos uma ordem de pensamentos que se assemelha exatamente à que Marx seguiu em *O capital*, e grande número de raciocínios dialéticos de que Marx se serve”. Poucos parágrafos depois, parece insinuar alguma identidade, dada pela dialética, entre natureza, história e pensamento:

E o que é, então, a negação da negação? Uma lei do desenvolvimento da natureza, da história e do pensamento, extremamente geral e importante, e, pela mesma razão, da maior extensão; uma lei que, como já vimos, tem aplicação em geologia, em matemática, em história, em filosofia (...). A dialética não é mais do que a ciência das leis gerais do movimento e evolução da natureza, da sociedade humana e do pensamento. (1971, pp. 177-8)

Engels não comete o absurdo de supor que “o processo biológico de um grão de cevada é um cálculo integral, ou também (por que não?) o próprio socialismo” (1971, p. 177). A questão é que ele distingue a forma abstrata das leis gerais e os processos particulares. Nesse último sentido, para não convertermos inadvertidamente Engels num tolo, o que certamente não é, é preciso deixar esclarecido que “todos estes processos que são a negação da negação, pressuponho-os em conjunto, nessa única lei da evolução e, pela mesma razão, prescindindo dos detalhes de cada processo em particular” (1971, p. 177). Ou, ainda mais resolutivo: “cada gênero de coisas implica, portanto, uma forma particular de negação, da qual resulte um desenvolvimento, e o mesmo em cada gênero de representações e de conceitos” (1971, p. 178).

Com esses apontamentos gerais não queremos de modo algum invalidar a discussão de Engels, nem teríamos esta competência e nem seria este o caso. O ponto que gostaríamos de destacar com as passagens anteriores é a persistência de certa ambiguidade no trato de Engels com relação à dialética. Queríamos evitar aquela análise superficialíssima que nos deu Lênin, ao afirmar a perfeita identidade entre Marx e Engels tangente à dialética e, igualmente, evitar a solução oposta, qual seja, que:

em seu propósito [de Engels] é elaborar uma *Magna ciência* que encontraria as leis gerais válidas em todos os processos, aproveitando o desenvolvimento e os resultados aos quais haviam chegado as ciências particulares de seu tempo, torna a mistificar a dialética já que esta não aparece arrancada dos próprios processos, como em Marx, senão como uma construção *a priori* que se aplica do alto das ciências da natureza (RUBIO, 1978, p. 116).

É certo que Marx mesmo não hipostasia a dialética, pois o decisivo, como bem nota Rubio, é descobrir a dialética dos próprios processos, isto é, a lógica imanente das próprias coisas. Nessa direção, o fato de que Marx use de maneira limitada a expressão “dialética” não é um bom critério para dar de ombros a uma indicação tão fundamental quanto a famosa passagem de *O capital*, segundo a qual “A investigação tem de se apropriar da matéria [Stoff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real”. Completa Marx, logo em seguida: “se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção *a priori*” (2013, p. 90). Por esta razão é que a ambiguidade que identificamos nas considerações de Engels sobre a dialética não se marca em Marx.

* * *

Para que não reste dúvida: em Marx mesmo a dialética não se aplica. Realizando-se uma mera “aplicação dos princípios da dialética” o resultado é que

o conhecimento da realidade não demandaria os sempre árduos esforços investigativos, substituídos pela simples “aplicação do método de Marx, que haveria de “solucionar” todos os problemas: uma análise “econômica” da sociedade forneceria a “explicação” do sistema político, das formas culturais etc. (NETTO, 2011, p. 13).

De maneira ainda mais significativa, é preciso ter em conta que

tudo que aparece e se move na reflexão marxiana é a substância e a lógica do próprio objeto, reproduzido em sua gênese e necessidade historicamente engendradas e desenvolvidas. Donde a identificação da dialeticidade como lógica do real, movimento das categorias enquanto formas de existência, que os concretos de pensamento reproduzem. Razão pela qual a dialética só é passível de descobrimento, jamais de aplicação (CHASIN, 2009, p. 236).

Como vimos, porém, Engels não estabelece sem ambiguidades a dialética como uma pura “construção *a priori*”, como sugere Rubio. É mais correto identificar a persistência da ambiguidade do que converter Engels no que ele não é. Inclusive, esse percalço identificado não foi suficiente para eliminar de sua reflexão a correta intuição sobre as *reciprocidades reais*, quando evidencia o papel do direito romano como “alavanca” ao “desenvolvimento da propriedade burguesa” (ENGELS, 1990d, p. 561) e de outros elementos superestruturais como “fatores [que] ajudaram a burguesia e a monarquia na sua luta contra o feudalismo”, isto é, trata-se de uma “ação combinada de todas essas causas” (ENGELS, 1990d, p. 564). Tudo isso precisa ficar em primeiro plano – o que, inclusive, serve de contrapeso às críticas de um Weber –, como méritos que sopesam aquela “determinação em última instância” já aludida. Mas não devemos ignorar os movimentos expositivos de Engels, de uma “transição do econômico ao político” (ENGELS, 1990d, p. 559) nesse mesmo material, de modo bastante estanque se comparado às reciprocidades reais que havia intuído. Não é impossível que a constante exaltação da “determinação em última instância” nos textos de Engels tenha fortes ligações com a ambiguidade aqui didaticamente isolada, uma vez que, pela identidade, posta por uma dialética de tipo especial, entre natureza, história e pensamento, pode ter erigido um obstáculo para uma adequada apreensão do “momento preponderante” [übergreifende *Moment*] no conjunto articulado das múltiplas determinações (cf. MARX, 2011, p. 49).

Engels certamente não desconhece, como vimos, essas interações recíprocas, mas isso não elimina a ambiguidade que identificamos. Poder-se-ia dizer que, “em termos bem sintéticos, o *momento preponderante* tem por identidade a condição de elo tônico no complexo articulado das abstrações razoáveis, ou seja, é o outro nome da categoria estruturante do todo concreto” (CHASIN, 2009, p. 135). É preciso destacar que “essa reciprocidade ativa entre os momentos não é uma homogeneização das determinações” (CHASIN, 2009, p. 133). Trata-se de reconhecer igualmente que:

a interação tem muitos aspectos e se articula de diferentes modos. Mas também está claro que nessa relação entre determinações de reflexão tão ricamente articulada revela-se com toda evidência o traço fundamental da dialética materialista: nenhuma interação real (nenhuma real determinação de reflexão) existe sem momento predominante. Quando essa relação fundamental não é levada na devida conta, tem-se ou uma série causal unilateral e, por isso, mecanicista, simplificadora e deformadora dos fenômenos, ou então aquela interação carente de direção, superficialmente rutilante, cuja ausência de ideia Hegel criticou com razão em seu tempo, mas sem encontrar solução para o problema (LUKÁCS, 2012, p. 334).

Ora, sem o momento preponderante devidamente posto nas determinações de reflexão, pode-se cair no que é, inclusive, comum a Weber (2004) e suas “afinidades eletivas”, isto é, um todo segmentado “carente de direção”. Ou, ainda, incidir no mecanicismo economicista frequentemente encontrado em versões do marxismo com as quais, vez por outra, Engels flerta perigosamente.

Não é nosso propósito alongar essa consideração de grande importância. Retomemos apenas uma passagem de Marx que mereceria mais atenção do que será possível dar no presente momento. Nela, estudando a renda do trabalho nas formas não capitalistas da vida social, Marx destaca não apenas a articulação entre as determinações como também o modo de atuação do momento preponderante que só pode funcionar, de fato, como tal de maneira mediada por outros momentos:

A forma econômica específica em que se suga mais-trabalho não pago dos produtores diretos determina a relação de dominação e servidão, tal como esta surge diretamente da própria produção e, por sua vez, retroage de forma determinante sobre ela. Mas nisso é que se baseia toda a estrutura da entidade comunitária autônoma, oriunda das próprias relações de produção e, com isso, ao mesmo tempo sua estrutura política peculiar. É sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos – relação da qual cada forma sempre corresponde naturalmente a determinada fase do desenvolvimento dos métodos de trabalho, e portanto a sua força produtiva social – que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda a construção social e, por conseguinte, da forma política das relações de soberania e de dependência, em suma, de cada forma específica de estado. Isso não impede que a mesma base econômica – a mesma quanto às condições principais – possa, devido a inúmeras circunstâncias empíricas distintas, condições naturais, relações raciais, influências históricas externas etc., exibir infinitas variações e graduações em sua manifestação, que só podem ser entendidas mediante análise dessas circunstâncias empiricamente dadas. (1986, pp. 251-2)

Além do peso “de cada forma específica de estado”, destacam-se, na passagem, os momentos político e econômico de um todo articulado maior, o que não impõe a retirada de muitos outros momentos atuantes, uma vez que, como o próprio Marx deixa também indicado em seguida, “está, no entanto, claro que nas situações naturais e não desenvolvidas, em que se baseia essa relação social de produção e seu correspondente modo de produção, a tradição deve desempenhar papel predominante [übermächtige Rolle]”, pois “é do interesse da parte dominante da sociedade consagrar o que já existe como lei e fixar como legais as barreiras estabelecidas pelo uso e pela tradição” (1986, pp. 252-3; 1983, pp. 801-2). Isso quer dizer que, nessas formas não capitalistas pouco desenvolvidas, baseadas na servidão e nos laços de dependência pessoal, é a tradição que cumpre o *momento preponderante*? Não, em absoluto! A tradição desempenha *papel predominante* nesse caso frente aos demais momentos sociais, assim como a política desempenha o “papel principal” [Hauptrolle] ou o “protagonismo” no caso da Ática antiga (cf. MARX, 2013, pp. 156-7, nota 33), mas em reciprocidade com as relações sociais e o modo de produção – estes, sim, o autêntico *momento preponderante* do todo articulado. Pois, para que não reste dúvida, “é claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo, assim como o mundo antigo não podia viver da política. Ao contrário, é o modo como eles produziam sua vida que explica porque lá era a política, aqui o catolicismo que desempenhava o papel principal” (MARX, 2013, pp. 156-7). Com efeito, a “determinação em última instância” frequentemente aludida por Engels surge, assim, como uma forma desajeitada de expressar as reciprocidades complexas entre os momentos heterogêneos, mas que se dão num conjunto articulado de determinações recíprocas no qual o momento preponderante somente estrutura o todo concreto na medida em que é mediado por outros momentos importantes da vida social, a depender dos casos reais e de suas particularidades.

Qualquer aprofundamento desse debate, no entanto, exigiria nossa entrada nos problemas de uma “dialética da natureza” e na relação entre natureza e sociedade mediada pela atividade humana. Trata-se de algo que não se comportaria nos propósitos aqui em tela. Mas o que temos é suficiente para demarcar a existência de uma ambiguidade em Engels e as consequências problemáticas possíveis de uma redução da dialética da realidade a princípios gerais aplicáveis, descaracterizando o todo concreto articulado pelo momento preponderante mediado, no qual as próprias contingências atuam, uma redução da dialética em favor de uma causalidade linear a partir de um “em última instância”. Depois de identificada esta ambiguidade com relação à dialética, resta saber se isso guarda alguma relação com a avaliação política que Engels sustenta em 1895.

III

Como começo, os efeitos dessa ambiguidade sobre a avaliação política de Engels podem ser mais bem isolados por uma comparação entre materiais específicos. Quando lançamos os olhos em um dos prefácios do *Manifesto* (especificamente o de 1872), é possível determinar no texto conjuntamente elaborado com Marx o lugar das contingências históricas, passadas duas décadas da redação original. Lá, dizem eles:

Por mais que tenham mudado as condições nos últimos 25 anos, os princípios gerais expressados neste *Manifesto* conservam, em seu conjunto, toda a sua exatidão. Em algumas partes certos detalhes devem ser melhorados. Segundo o próprio *Manifesto*, a aplicação prática dos princípios dependerá, em todos os lugares e em todas as épocas, das condições históricas vigentes e por isso não se deve atribuir importância demasiada às medidas revolucionárias propostas no final da Seção II. Hoje em dia, esse trecho seria redigido de maneira diferente em

muitos aspectos. Em certos pormenores, esse programa está antiquado, levando-se em conta o desenvolvimento colossal da indústria moderna desde 1848, os progressos correspondentes da organização da classe operária e a experiência prática adquirida. (...) a situação política modificou-se totalmente... (MARX; ENGELS, 1998, pp. 71-2)

A continuidade e a descontinuidade são dadas pela própria passagem do tempo que torna determinadas questões obsoletas e afirma ainda a validade de outras muitas por força das circunstâncias, como aponta Marx. A este respeito, basta explicitar o comentário de Marx no Congresso de Haia, como segue:

Sabemos que as instituições, costumes e tradições em diferentes países devem ser levados em conta, e nós de modo algum negamos a existência de países como a América, a Inglaterra, e se conhecesse melhor vossas instituições, eu acrescentaria a Holanda, onde os trabalhos podem atingir seus objetivos por meios pacíficos. Sendo isso verdade, nós devemos também admitir que, na maioria dos países do continente [Europa continental], é a força que precisa ser a alavanca de nossa revolução; é a força que se recorrerá durante um tempo no intuito de estabelecer o domínio dos trabalhadores. (MARX, 1988a, p. 254)

A emancipação econômica dos trabalhadores exige mediações diferentes em razão das circunstâncias alteradas em cada realidade social particular. A propósito desta luta, Marx arremata, “nós de maneira alguma reivindicamos que os meios para realizar esse objetivo fossem iguais em todos os lugares” (MARX, 1988a, p. 255). Some-se a isso o *post festum* (cf. MARX, 2013, p. 150) que as análises mais afinadas com o movimento real requerem. No prefácio ao *Manifesto* acima indicado é possível identificar claramente a existência dos elementos aqui aludidos, isto é, a marca das contingências históricas das particularidades concretas mais bem apreendidas nos momentos posteriores do desenrolar da realidade, permitindo a captura de tendências que apenas se confirmam em razão de um conjunto de outras forças, inclusive do *acaso*. Isso tudo insinua certa prudência analítica que não obstrui a correta apreensão da realidade. A prudência é do intelecto, mas a dialética é da realidade histórica que não demonstra qualquer subserviência aos desígnios da consciência.

Em concordância com essas posições extraídas dos materiais de 1864 e 1872, Engels escreve uma introdução em 1891 ao texto de Marx *A guerra civil na França* e comenta, *post festum*, a força atuante das circunstâncias específicas do caso concreto sob análise, na direção de marcar qualquer processo revolucionário como revolução proletária no caso francês:

Graças ao desenvolvimento econômico e político da França desde 1789, Paris passou a ocupar, nos últimos cinquenta anos, uma posição tal que lá nenhuma revolução podia ser deflagrada sem assumir um caráter proletário, quer dizer, sem que o proletariado, que comprara a vitória com seu sangue, surgisse após a vitória com suas próprias exigências. Essas exigências eram mais ou menos claras e até mesmo confusas, correspondendo ao estado evolutivo alcançado pelos trabalhadores de Paris em cada período, mas todas acabavam por se direcionar à supressão da oposição de classe entre capitalistas e trabalhadores. Como isso deveria ocorrer é algo que realmente não se sabia. (ENGELS, 2011a, p. 188)

Engels reconhece no comentário a dificuldade de se estabelecerem os meios adequados para a “supressão da oposição de classe”. E sua justa avaliação da realidade mostra que, “se o proletariado ainda não podia governar a França, a burguesia não podia mais fazê-lo” (ENGELS, 2011a, p. 189). (É outro assunto a tendência de Engels para considerações do “estado em geral”, conforme partes do prefácio em tela sugerem, acrescido de *Anti-Dühring* e *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, em contraste com o Marx de *A Crítica ao programa de Gotha*, que guarda ressonâncias com aquela passagem de *O capital* destacada antes na qual se marca “cada forma específica de estado” [cf. MARX, 1986, p. 252].)

De 1890 a 1895, Engels acompanha o crescimento exponencial da luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho para oito horas diárias, chegando a exclamar: “Se ao menos Marx estivesse a meu lado para ver isso com seus próprios olhos!” (MARX; ENGELS, 1998, p. 20). Acompanha também, após a insurgência da *Comuna de Paris* de 1871, o deslocamento da intensificação das lutas da França para a Alemanha, onde a “social-democracia” (ENGELS, 2012, pp. 19-20) ascendia a passos largos e formava “um só grande exército de socialistas, avançando incessantemente, crescendo diariamente em número, organização, disciplina, noção das coisas e certeza da vitória” (ENGELS, 2012, p. 17). É nesse último contexto que Engels, em retrospectiva, avalia que, por volta de 1848, tanto ele próprio quanto Marx estiveram sob “a influência da experiência histórica, principalmente da ocorrida na França”, de maneira que suas considerações sobre o processo revolucionário estavam “fortemente matizadas pelas memórias dos modelos de 1789-1830” (ENGELS, 2012, p. 13). A análise que Engels nos fornece, parcialmente em contraste com a de 1891 e comparando, quando redige o prefácio em questão, os quadros do período de 1848-1850 e 1895, é:

a história não deu razão nem a nós, desmascarando a nossa visão de então como uma ilusão. Ela foi ainda mais longe: não só destruiu nosso equívoco de então, mas também revolucionou totalmente todas as condições sob

as quais o proletariado tem de lutar. Hoje as formas de luta de 1848 são antiquadas em todos os aspectos, e esse é um ponto que merece ser analisado mais detidamente na oportunidade que aqui se oferece (ENGELS, 2012, p. 14).

Essa análise é bastante marcada pela comparação dos quadros para uma avaliação dos meios de atuação dos trabalhadores. Incontáveis vezes Engels indica a “ilusão” e a “exaustão”, compreensivelmente trazidas pelos processos revolucionários e seus desfechos bárbaros. Também reiteradas vezes chama a atenção para como a “história não deu razão” (ENGELS, 2012, p. 16) ao modo como pensavam os amigos. O autor do prefácio em tela considera o fato de que as novas circunstâncias (de 1895) impunham modificação na forma da luta social. É nesse movimento que a influência do modo particular de retenção da dialética mostra suas marcas centrais, porquanto, ao cabo das análises, veem-se quebradas as reciprocidades entre a economia e a política:

Se nem mesmo esse poderoso exército do proletariado [em referência aos socialistas organizados em partido na Alemanha] conseguiu até agora atingir o alvo, se ele, longe de conquistar a vitória de um só golpe, é obrigado a avançar lentamente de uma posição a outra mediante a luta dura e renhida, isso demonstra de uma vez por todas como era impossível conquistar em 1848 a reorganização social por meio de um ataque de surpresa. (ENGELS, 2012, p. 17)

Com as mediações condicionadas nas circunstâncias de 1895, Engels faz juízo de outras mediações em circunstâncias drasticamente alteradas de 1848. Tem por critério, nesse juízo, a superioridade da mediação partidária tal como se apresentou na Alemanha de uma ascendente social-democracia. Avaliava, igualmente, não só as dificuldades de um “exército de socialistas”, que se viu obrigado, nos marcos de 1895, a “avançar lentamente de posição a outra” – lembrando alguma conceituação mais tardia de Lênin e Gramsci –, como também a própria impotência de um “ataque de surpresa” já em 1848. Essa análise de realidade promovida por Engels explicitou que “as condições da luta haviam se modificado fundamentalmente. A rebelião ao estilo antigo, a luta de rua com barricadas, que até 1848 servia em toda parte para levar à decisão final, tornara-se consideravelmente antiquada” (ENGELS, 2012, p. 22), pois, entre outras coisas, ajuíza ele, “o proletariado descobriu que as instituições do Estado, nas quais se organiza o domínio da burguesia, admitem ainda outros manuseios com os quais a classe trabalhadora pode combatê-las” (ENGELS, 2012, p. 22). As agitações de rua não poderiam fazer frente ao exército oficial, à “superioridade do armamento e do treinamento, da liderança centralizada, do uso planejado das forças armadas e da disciplina” (ENGELS, 2012, pp. 22-3). Nesse sentido, “até mesmo no período clássico das lutas de rua, a barricada tinha um efeito mais moral que material” (ENGELS, 2012, p. 24), completa. Nessa avaliação de que as lutas de rua são “bem menos favoráveis” (ENGELS, 2012, p. 26), pondera que “a velha tática precisa ser revista” (ENGELS, 2012, p. 27) para pôr em mira o “lento trabalho de propaganda e de atividade parlamentar” (ENGELS, 2012, p. 27). É a “ironia da história mundial [que] vira tudo de cabeça para baixo”, uma vez que, agora, “Nós, os ‘revolucionários’, os ‘sublevadores’, medramos muito melhor sob os meios legais do que sob os ilegais e a sublevação” (ENGELS, 2012, p. 29). Em suma, a “nova tática” era a luta parlamentar e de propaganda, que obteria ganhos por meio de “manuseios” admitidos pelas “instituições do estado”, forçando a violação da lei por parte da burguesia como única maneira de combater o avanço dessas forças “revolucionárias”.

Um reformista, um realista ou a mais perfeitamente acomodada análise materialista do movimento da realidade?

O fato de considerar a ilusão identificada como “nossa”, isto é, compartilhada com Marx, é apenas um daqueles indicativos que demos antes sobre a identidade que a própria letra de Engels sustenta em diversos lugares; mas, insistimos, o segundo violino tira notas próprias, como o próprio autor de Barmen também nos revela. Mas o que precisa ser destacado sob o aparente reconhecimento da força das circunstâncias – em síntese: *a velha tática precisa mudar frente às novas condições* – é a persistência da avaliação redutora de que antes (em 1848) havia apenas um caminho a ser de fato seguido ou de que, de agora em diante (1895), também existia apenas um. A tendência dicotômica de Engels – força ou parlamento, encontrada também mais tarde entre dirigentes políticos no século XX, como se o parlamento prescindisse da força, inclusive a econômica – é generalizada como o meio adequado, sem fazer distinção entre as condições concretas de cada contexto particular, sem levar muito em conta as particularidades das formas políticas nos modos também particulares de objetivação capitalista. Compare-se com a passagem anterior de Marx, no Congresso de Haia...

Os meios revolucionários, contrariamente à dicotomia, não são determinados pela livre vontade, mas por condições particulares, entre as quais se inclui a disposição das classes dominantes e de seus representantes em resistir ao processo em curso. A justeza de uma análise materialista deveria revelar o movimento próprio da realidade em que a luta parlamentar na democracia dos proprietários, isto é, uma variante do jogo burguês ao lado do bonapartismo, é nada e nunca será coisa alguma sem a agitação das ruas. A justeza deveria demonstrar que existe uma necessária reciprocidade entre luta política e luta socioeconômica (cf. PAÇO CUNHA, 2015b), que sua fusão é condição para o encaminhamento da emancipação dos trabalhadores. Ao contrário do anarquismo, contra

o qual Marx e o próprio Engels tecem duras críticas em razão daquilo que o primeiro chamou de “indiferentismo político” (MARX, 1988b), o segundo se aproxima, no presente caso, contraditoriamente, de um *politicismo* de tipo específico. No prefácio em questão, coexistem, assim, um pronunciamento que fixa o “em última instância” e uma exaltação da política em sua forma parlamentar, mas é coexistência não recíproca. Vejamos como isso é possível.

Não é correto dizer que Engels vê no estado a solução de todos os problemas, pois inclusive tem bem claro que socialismo não significa estatismo (ENGELS, 1971, p. 341) e vigorosamente insiste na extinção do estado como um resultado do comunismo (1971, p. 344). Considera o estado não resolutor do antagonismo que se marca no capitalismo, mas que continha “o meio, a chave da solução” (1971, p. 342)... Não se trata, portanto, de uma exaltação acrítica do estado, não se trata deste tipo de politicismo. No prefácio em questão, no entanto, um dos últimos textos do autor, revelam-se notas fora do lugar se comparadas à justeza de outras análises. O diapasão perdido no contexto de 1895 insinua o preço que cobra uma perspectivização afeita a causalidades muito lineares, sem reciprocidades, pois só assim são possíveis ilusões que se revelariam como tais em razão do movimento real das próprias coisas. Porque supõe, em seu itinerário retomado em retrospecto em 1895, uma ligação muito automática entre a luta de rua e as condições de 1848, superadas pelas condições de 1895, abandona uma mediação por outra, quebrando o nexos entre as condições de possibilidade moldadas pelas forças motrizes de ordem primária e as mediações da luta social. Somente os que não compreendem que os eventos resultam da relação entre as legalidades tendenciais e as contingências da própria realidade podem iludir-se ao tomar as próprias tendências como resultados certos antes de sua efetivação.

Não estamos dizendo em absoluto que Engels despreza a atuação de outros momentos sociais, como o papel dos costumes (1971, p. 202), por exemplo. Do que estamos tratando não é de um *não sabido*. Trata-se de um sabido que assume contornos próprios, produz suas próprias harmonias e partituras. No prefácio em tela, é possível encontrar aquela “determinação em última instância” reveladora de indícios de uma problemática apreensão do sentido mais apurado da dialética, ao não identificar o caráter decisivo do “momento preponderante” em reciprocidade com os demais momentos do movimento real. Comentando sobre Marx logo na abertura do prefácio, diz Engels: “trata-se de demonstrar o nexos causal interno de um desenvolvimento de muitos anos tão crítico quanto típico para toda a Europa e, portanto, nos termos do autor [isto é, Marx], de derivar os fatos políticos de efeitos advindos de causas em última instância econômicas” (ENGELS, 2012, p. 9). Em 1885, argumenta, no mesmo tom, que Marx sustenta uma análise que considera um acontecimento social “resultado natural e necessário desse nexos interno” (ENGELS, 2011b, p. 21). Ou, ainda, tomando-se o *Anti-Düring*, e em absoluto contraste com “A assim chamada acumulação primitiva”, escreve que “todo este processo [de formação do capitalismo] se explica por causas puramente econômicas sem que seja necessário, nem uma só vez, que intervenha a rapina, a violência, o estado, nem nenhuma outra ingerência política” (ENGELS, 1971, p. 204)². A acentuação de Engels é recorrentemente, mas não absolutamente – dada a ambiguidade –, de uma não articulação recíproca, mas de um movimento tendencialmente linear, como podemos ler na sequência:

Marx foi o primeiro a descobrir a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são, de fato, apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais, a lei segundo a qual a existência e, portanto, também as colisões entre essas classes são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento da sua condição econômica, pelo modo da sua produção e pelo correspondente intercâmbio determinado. (ENGELS, 2011b, p. 22; 1968, p. 248)

Corretamente, Engels demarca a existência dos nexos internos. A argumentação contrária é tola e típica das explicações irracionistas, de uma apreensão de uma realidade “carente de direção”, nos dizeres de Lukács. O problema aqui é outro, pois, ao menos naquilo que é pronunciado no “Prefácio” de 1895, as reciprocidades se obscurecem nesse esquema de um fio condutor que liga o resultado ao “em última instância” e nem mesmo a mediação das “formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência” do “conflito” entre as forças produtivas e as relações sociais de produção “e o conduzem até fim” (MARX, 1974, p. 136) surge indicada por Engels na passagem acima. Antes ainda, prefere sublinhar que se trata de “derivar os fatos políticos de efeitos advindos de causas em última instância econômicas”. Quebradas as reciprocidades, é a armadilha que se prepara pela substituição do momento preponderante mediado (pela política, pelo direito, em suma, as formas ideológicas etc.) em benefício do fio condutor do “em última instância” que apresenta as tendências como resultados acabados.

² Para um contraponto a essa última consideração de Engels, ver Paço Cunha (2015c).

Coexistente ao pronunciado está a exaltação da política em desconexão com a luta das ruas. Dado que havia a presença forte de uma consideração mais linear, termina por considerar as suas próprias posições de 1848, na identidade questionável com Marx, ilusórias, colocando em seu lugar outra ilusão, mas agora de natureza *politicista*. Esclareçamos: ao sustentar, em seu próprio itinerário reflexivo, uma ambiguidade que não se *resolve* pela determinação da dialética como lógica da realidade, que não sopesa, portanto, a relação entre as tendências históricas e suas contingências particulares, que, por fim, intui corretamente sem capturar inteiramente as reciprocidades do conjunto no qual o momento preponderante *prepondera de modo mediado*, é levado a uma análise *post festum* de aparência realista, de aparente reconhecimento das contingências reais, mas apenas resultante de uma dicotomia – força/parlamento – que abstrai inclusive as condições concretas dos casos particulares tão bem destacados por Marx no Congresso de Haia.

No contraste com as reciprocidades, isto é, em razão de por vezes tender a tomar por dialética princípios a serem aplicados e não descobertos, abrem-se as portas para a fixação do momento político especificamente parlamentar como o momento de agora em diante decisivo para a emancipação dos trabalhadores. Sem dúvidas, é momento importante na democracia dos proprietários, mais importante do que a tradição, por exemplo, mas é um momento posto por Engels no prefácio em questão de maneira consideravelmente desconectada da luta econômica e social, porquanto se apresenta como “nova tática” em oposição à “velha”, superada pelas circunstâncias. Trata-se, novamente, da quebra das reciprocidades. Mas “as lutas políticas e socioeconômicas constituem uma unidade dialética; conseqüentemente, descuidar da dimensão socioeconômica priva a política de sua realidade” (CHASIN, 2000, p. 97). Por este motivo é possível dizer que:

Fundir as dimensões práticas da transformação social significa aproveitar dessas reciprocidades objetivas orientadas pela necessária emancipação econômica dos trabalhadores. No movimento dessa fusão consciente, as reciprocidades desencadeiam efeitos tais que, mediando a política pela economia e esta por aquela na atuação concreta da classe, liberam-se progressivamente os entraves localizados num e noutro complexo, até que a superação da política e da burocracia estatal seja possível em razão da completa remodelação das relações reais, que põe fim às forças primárias que engendram a divisão entre as classes, construindo os pilares de uma nova sociabilidade. É a ação organizada na realidade fundindo os complexos econômico e político que fornece a direção para as legalidades tendenciais e que sopesa e contorna as contingências... E essa ação não se realiza sem as mediações dadas, ainda que limitadas às tarefas negativas. (PAÇO CUNHA, 2015b, p. 15)

Tanto o “em última instância” do econômico quanto o politicismo são resultantes de uma mesma retenção problemática da dialética. Como é possível, então, coexistir uma “série causal unilateral”, como diz Lukács antes, marcada pela “causalidade econômica”, com tendência ao politicismo na avaliação da luta social? Pois ambos são expressões de uma mesma coisa, efeitos da quebra das reciprocidades do todo concreto articulado, cujo fundo é dado pelas tendências mais problemáticas da dialética que Engels retém.

É nesse sentido que, conclusivamente, a ambiguidade que marca a dialética tomada por Engels ao longo de seu próprio itinerário tem seus efeitos na avaliação política *post festum* de 1895. É claro, não devemos desprezar os efeitos da exaustão somados à ascensão vertiginosa da “social-democracia” na Alemanha e seu “exército de socialistas”, nem outras questões muitíssimo importantes, como a constatação de que, nos contextos sociais mais desenvolvidos, “o ‘povo’ sempre aparecerá dividido e, desse modo, falta uma alavanca poderosa que, em 1848, foi extremamente eficaz” (ENGELS, 2012, p. 25). Mas, fazendo abstração disso, na avaliação política empreendida por Engels, as lutas de rua devem ceder lugar à luta parlamentar, o rompante direto das massas é substituído pelo “manuseio” admitido pelas “instituições do estado” etc. A questão que se perde é que tais mediações nascem das próprias condições concretas e podem muito bem surgir de modo simultâneo, dados os enlaces objetivos que podem ser potencializados pela ativação consciente das reciprocidades existentes. O movimento da realidade é substituído, no prefácio, por uma dicotomia dos meios, uma dicotomia contrastante com as análises de realidade que Marx sustenta, mas próximas o bastante de uma tomada da dialética como modo de pensar que tem como pedra de toque o “em última instância”, como princípios gerais aplicáveis aos casos concretos. À ambiguidade na tomada da dialética, cujo lado mais problemático significa a quebra das reciprocidades, corresponde a dicotomia dos meios de atuação.

Referências bibliográficas

- BOER, R. Engels's contradictions: a reply to Tristram Hunt. Issue 133, *International Socialism*, 2012. Disponível em: <<http://isj.org.uk/engels-contradictions-a-reply-to-tristram-hunt/>>, acessado em 3 ago. 2015.
- _____. In defence of Engels. *Philosophers for Change*, 2014. Disponível em: <<http://philosophersforchange.org/2014/09/09/in-defence-of-engels/>>, acessado em 3 ago. 2015.
- BUONICORE, A. C. Engels diante de Marx: o segundo violino. *Fundação Maurício Grabois*, 2013. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/noticia.php?id_sessao=8&id_noticia=11771>, acessado em 3 ago. 2015.
- CHASIN, J. Democracia política e emancipação humana. *Ensaio Ad Hominem* t. III – Política. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, pp. 91-100.
- _____. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- DANTAS, G. Engels e a antidialética de seus detratores. *Revista Iskra*, s/d. Disponível em: <<https://revistaiskra.wordpress.com/especiais-iskra-trotsky-e-engels/engels-e-a-anti-dialetica-de-seus-detratores/>>, acessado em 3 ago. 2015.
- ENGELS, F. Vorrede zur dritten Auflage [von Karl Marx' Schrift "Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte"]. *Werke* Bd. 21. Berlim: Dietz Verlag, 1968.
- _____. *Anti-Dühring*. Lisboa: Edições Afrodite, 1971.
- _____. "Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã". In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos filosóficos*. Lisboa: Presença, 1974.
- _____. "Karl Marx, A contribution to the critique of political economy". In: *Collected Works* v. XVI. Londres: Lawrence & Wishart, 1980.
- _____. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, 1981.
- _____. "Preface to the first German edition of *Socialism: utopian and scientific*". In: *Collected Works* v. XXIV. Londres: Lawrence & Wishart, 1989.
- _____. "On the history of the Communist League". In: *Collected Works* v. XXVI. Londres: Lawrence & Wishart, 1990a.
- _____. "Feuerbach and the end of classical German philosophy". In: *Collected Works* v. XXVI. Londres: Lawrence & Wishart, 1990b.
- _____. "Preface to 2nd ed. of *The housing question*". In: *Collected Works* v. XXVI. Londres: Lawrence & Wishart, 1990c.
- _____. "On the decline of feudalism". In: *Collected Works* v. XXVI. Londres: Lawrence & Wishart, 1990d.
- _____. "Introdução (1891)". In: MARX, K. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- _____. "Prefácio (1885)". In: MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- _____. "Prefácio (1895)". In: MARX, K. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- HUNT, T. *Marx's general*. Nova York: Metropolitan Books, 2009.
- LÊNIN, V. I. "Karl Marx". In: *Obras escolhidas* v. I. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Para uma ontologia do ser social* v. I. São Paulo: Boitempo, 2012.

- MARX, K. “Prefácio para a crítica da economia política”. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- _____. *Das Kapital. Werke* Band 25. Berlim: Dietz Verlag, 1983.
- _____. *O capital* v. III t. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- _____. “On the Hague congress”. In: *Collected Works* v. XXIII. Londres: Lawrence & Wishart, 1988a.
- _____. “Political indifferentism”. In: *Collected Works* v. XXIII. Londres: Lawrence & Wishart, 1988b.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O capital* v. I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MÉSZÁROS, I. *Social structure and forms of consciousness* v. II. Nova York: Monthly Review Press, 2011.
- NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. Engels: bem mais que um segundo violino. *Imprensa Popular*, ano VI, n. 37, 2012.
- PAÇO CUNHA, E. Marx e Pachukanis: do fetiche da mercadoria ao “fetiche do direito” e de volta. *Verinotio – Revista on-line de filosofia e ciências humanas* n. 19. Belo Horizonte, 2015a.
- _____. Que fazer da burocracia. Juiz de Fora, *mimeo*, 2015b.
- _____. Movimento real da forma política em Marx: elementos para a crítica dos “aparelhos repressivos” como síntese do estado capitalista. *Marx e o Marxismo: insurreições do passado e do presente*. Niterói: Niep Marx, 2015c.
- RUBIO, J. M. Notas críticas al materialismo de Engels. *Dialéctica*, v. 4, n. III, pp. 107-122, Enero 1978.
- SCHMIDT, A. *The concept of nature in Marx*. Londres: NLB, 1971.
- TEXIER, J. *Revolução e democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- WEBER, M. “A ‘objetividade’ do conhecimento na ciência social e na ciência política”. In: *Metodologia das ciências sociais* Parte I. São Paulo/Campinas: Cortez/Unicamp, 2001.
- _____. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.